

Art. 2. Os professores abrangidos pelo disposto no artigo anterior deste Diploma Ministerial passam a beneficiar do bónus especial criado pelo Diploma Ministerial n.º 36/91, de 1 de Maio, nos termos e condições previstos nos Diplomas Ministeriais n.ºs 22/99 e 23/99, ambos de 24 de Março.

Art. 3. O presente Diploma Ministerial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Maputo, 30 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Educação, *Alcido Eduardo Nguenha*. — A Ministra do Plano e Finanças, *Lúisa Dias Diogo*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Diploma Ministerial n.º 20/2004

de 12 de Janeiro

Conscientes que constitui objectivo do Governo para o presente quinquénio o aumento da rede escolar, com vista a erradicação da pobreza absoluta;

Considerando que para o alcance deste nobre objectivo é necessário criar mais instituições de ensino;

Nestes termos, e no uso das competências que me são conferidas nos termos do n.º 17 do artigo 3 do Decreto Presidencial n.º 16/2000, de 3 de Outubro, determino:

Artigo 1. É criado o Instituto Médio «Maria Mãe África» a funcionar na Cidade de Maputo.

Art. 2. O presente Diploma Ministerial entra imediatamente em vigor.

Ministério da Educação, em Maputo, 29 de Novembro de 2004. — O Ministro da Educação, *Alcido Eduardo Nguenha*.

Diploma Ministerial n.º 21/2004

de 12 de Janeiro

Havendo necessidade de se introduzir e reconhecer o curso Médio de Educadores Sociais, ministrado no Instituto Médio Maria Mãe África, no uso das competências que me são conferidas nos termos do n.º 7 do artigo 3 do Decreto Presidencial n.º 16/2000, de 3 de Outubro, determino:

Artigo 1. São aprovados os currículos do curso Médio de Educadores Sociais, ministrado no Instituto Médio «Maria Mãe África».

Art. 2 — 1. O curso ora introduzido tem a duração de três anos e meio, sendo o nível de ingresso a 10.ª classe do SNE ou equivalente.

2. Aos graduados do curso Médio de Educadores Sociais é lhes conferido o grau de Técnico Médio.

Art. 3. É conferido ao Instituto Médio «Maria Mãe África» a competência para emissão de certificados dos graduados com a necessária homologação dos órgãos competentes do Ministério da Educação.

Art. 4. O presente Diploma Ministerial entra imediatamente em vigor.

Ministério da Educação, em Maputo, 29 de Novembro de 2004. — O Ministro da Educação, *Alcido Eduardo Nguenha*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Diploma Ministerial n.º 22/2004

de 12 de Janeiro

A adequação da Estrutura Orgânica do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, aprovada pelo Diploma Ministerial n.º 161/2000, de 15 de Novembro, é um processo contínuo que deve acompanhar a dinâmica das reformas do sector público e a criação de condições para o surgimento de um ambiente que estimule o sector produtivo.

Nestes termos, após aprovação pelo Conselho Nacional da Função Pública, conforme a alínea c) do n.º 1 do artigo 3 do Decreto n.º 5/2000, de 28 de Março, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, ao abrigo do disposto no artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 10/2000, de 23 de Maio, determina:

Artigo 1. É publicado o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que faz parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 161/2000, de 15 de Novembro.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Maputo, 30 de Setembro de 2004. — O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, *Hélder dos Santos Félix Monteiro Muteia*.

Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)

CAPÍTULO I

Sistema orgânico

ARTIGO 1

Áreas de actividade

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) estrutura-se em conformidade com as seguintes áreas de actividade:

- Administração, manejo, protecção e conservação de recursos naturais, em particular da terra, água, florestas e fauna bravia;
- Fomento da produção, agro-industrialização, comercialização de insumos e produtos agrários;
- Defesa sanitária vegetal e animal;
- Extensão rural e assistência técnica aos produtores;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento de investigação e tecnologia agrária e sua disseminação.

ARTIGO 2

Estrutura

O MADER tem a seguinte estrutura:

- Inspecção Geral;
- Direcção Nacional de Agricultura;
- Direcção Nacional de Pecuária;
- Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia;

- e) Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola;
- f) Direcção Nacional de Extensão Rural;
- g) Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural;
- h) Direcção Nacional de Terras;
- i) Direcção de Economia;
- j) Direcção de Recursos Humanos;
- k) Direcção de Administração e Finanças;
- l) Centro de Documentação Agrária;
- m) Departamento de Cooperação Internacional;
- n) Gabinete do Ministro;
- o) Gabinete de Assessoria.

ARTIGO 3

Instituições subordinadas

São instituições subordinadas:

- a) Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM);
- b) Instituto Nacional do Açúcar (INA);
- c) Instituto do Algodão de Moçambique (IAM);
- d) Instituto de Fomento do Caju (INCAJÚ);
- e) Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção (CE-NACARTA);
- f) Escola Técnico-Profissional de Geodesia e Cartografia (ETPGC).

ARTIGO 4

Instituição tutelada

O MADER tutela o Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA).

CAPÍTULO II

Funções

ARTIGO 5

Inspecção Geral

A Inspecção Geral tem como funções:

- a) Realizar inspecções nos órgãos centrais e locais e nas instituições subordinadas e tuteladas, com o objectivo de controlar a correcta aplicação dos recursos financeiros, a administração dos recursos humanos e materiais e o cumprimento, de forma geral, das normas administrativas e dos dispositivos legais vigentes;
- b) Promover acções no sentido de assegurar o cumprimento do segredo estatal;
- c) Controlar o atendimento ao público, a tramitação dos processos nos órgãos internos e dos requerimentos formulados pelos interessados, e recomendar os procedimentos necessários à eficácia das acções em geral;
- d) Realizar ou controlar a realização de processos de inquérito, sindicâncias e procedimentos disciplinares;
- e) Realizar auditorias de gestão nos sistemas de administração financeira e de contabilidade dos órgãos centrais e das instituições subordinadas e tuteladas;
- f) Receber, apurar a procedência e buscar soluções para reclamações e sugestões relacionadas com eventuais desvios na prestação de serviços e na disponibilização de produtos pelo MADER e pelas instituições subordinadas e tuteladas;
- g) Colectar, analisar e interpretar as informações referentes a reclamações, sugestões e louvores recebidos, acompanhando os casos até à solução final.

ARTIGO 6

Direcção Nacional de Agricultura

A Direcção Nacional de Agricultura tem como funções:

1. Elaborar normas relativas a:

- a) Inspecção e classificação de produção e comercialização de produtos de origem vegetal;
- b) Classificação da produção, comercialização e utilização de pesticidas, correctivos, fertilizantes, biofertilizantes, inoculantes e demais insumos agrícolas;
- c) Produção nacional, classificação e comercialização de sementes e mudas e material de multiplicação vegetal;
- d) Classificação e padronização de produtos agrícolas e procedimentos a serem observados nas práticas de industrialização e comercialização;
- e) Fixação de padrões de testagem, produção e circulação de organismos geneticamente modificados;
- f) Aplicação das penalidades previstas na legislação.

2. Assegurar a defesa sanitária vegetal, salvaguardando a saúde pública.

3. Realizar o registo e controlo oficial das variedades de sementes, mudas e materiais de multiplicação.

4. Supervisar a rede nacional de laboratórios de sementes.

5. Recolher, processar e divulgar informações sobre aviso prévio e coordenar a elaboração dos planos de produção agrícola, acompanhando e avaliando a sua execução.

6. Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para o desenvolvimento de culturas e segurança alimentar e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação.

ARTIGO 7

Direcção Nacional de Pecuária

A Direcção Nacional de Pecuária tem como funções:

1. Elaborar normas relativas a:

- a) Licenciamento do abate de animais e das indústrias de processamento de produtos de origem animal;
- b) Utilização racional dos recursos nacionais de pastagem, água e de produtos para alimentação e nutrição animal;
- c) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos e produtos veterinários e de materiais de multiplicação animal e das actividades dos prestadores de serviços veterinários e de reprodução animal;
- d) Trânsito nacional e internacional de animais, produtos derivados de origem animal e materiais de uso veterinário;
- e) Melhoramento genético dos animais utilizados na produção pecuária;
- f) Classificação de produtos de origem animal;
- g) Exercício de medicina veterinária privada;
- h) Pecuariação de espécies faunísticas;
- i) Aplicação de penalidades.

2. Assegurar a defesa sanitária animal e higienssanitária.
3. Elaborar e manter actualizados os sistemas de registo genealógico e de marcas.
4. Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para o desenvolvimento da pecuária e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação.

ARTIGO 8

Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

A Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia tem como funções:

1. Elaborar normas relativas a:
 - a) Concessão de autorizações para actividades ligadas à exploração, transformação e utilização dos recursos florestais;
 - b) Protecção e conservação de recursos florestais e faunísticos;
 - c) Maneio integrado das bacias hidrográficas para fixação das dunas litorais e maneio de mangais;
 - d) Medidas de controlo de queimadas e defesa sanitária florestal e faunística;
 - e) Participação das comunidades locais no maneio dos recursos florestais e faunísticos;
 - f) Fiscalização e inspecção da actividade florestal e faunística;
 - g) Aplicação das penalidades.
2. Inventariar e avaliar os recursos florestais e faunísticos.
3. Participar no desenvolvimento do ecoturismo.
4. Incentivar a utilização e comercialização das espécies florestais e faunísticas mais abundantes.
5. Estabelecer programas de reflorestamento, com fins de protecção e de interesse sócio-económico.
6. Promover o estabelecimento da indústria de processamento, com vista a utilização integral dos produtos florestais e faunísticos.
7. Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para o desenvolvimento florestal e faunístico e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação.

ARTIGO 9

Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola

A Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola tem como funções:

1. Elaborar normas relativas à:
 - a) Estabelecimento e gestão de infra-estruturas de hidráulica agrícola;
 - b) Viabilização dos perímetros irrigados.
2. Inventariar e avaliar os recursos hídricos.
3. Realizar e manter actualizado o cadastro de infra-estruturas e equipamentos hidroagrícolas e proceder à avaliação periódica da sua utilização.
4. Promover, em coordenação com outros órgãos do sector ligados ao uso sustentável dos recursos naturais, acções para o maneio das bacias hidrográficas.
5. Promover a realização de estudos básicos e executivos das áreas que apresentem viabilidade técnica, económica e ambiental para a agricultura irrigada.
6. Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para o desenvolvimento da irrigação e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação.

ARTIGO 10

Direcção Nacional de Extensão Rural

A Direcção Nacional de Extensão Rural tem como funções estabelecer, monitorar e avaliar o quadro director para:

- a) Treinar, providenciar informação e assistir na solução dos problemas dos produtores rurais;
- b) Fazer a facilitação, animação e ligação dos produtores agrários com outros actores nas áreas de produção, mercados de insumos e produtos, processamento, gestão de micro-empresas rurais, desenvolvimento organizacional, maneio de solo e água, planeamento do uso da terra e conservação da biodiversidade;
- c) Coordenar a recolha, avaliação e validação, junto das instituições de investigação científica, de novas tecnologias, serviços, produtos e processos de produção a serem difundidos entre os produtores agrários e, em contrapartida, transferir-lhes os dados e informações relevantes para o estabelecimento das prioridades em termos de pesquisa e tecnologia para o aumento da produtividade;
- d) Manter actualizada a capacidade de resposta dos técnicos e extensionistas rurais, perante as demandas dos produtores agrários;
- e) Gerir a terciarização da extensão, com recursos à iniciativa privada e não-governamental, na provisão de serviços de extensão rural e assistência técnica;
- f) Participar na execução das políticas, estratégias, programas e acções estabelecidas para agricultura, pecuária, recursos naturais, desenvolvimento rural e segurança alimentar.

ARTIGO 11

Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural

A Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural tem como funções:

- a) Coordenar as acções e políticas estabelecidas para o desenvolvimento rural e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação;
- b) Acompanhar e monitorar as directivas, políticas, estratégias, programas e planos de acção governamental para o desenvolvimento rural;
- c) Coordenar com outros sectores os programas e estratégias de desenvolvimento integrado e harmonioso das zonas rurais;
- d) Sistematizar as informações e estudos sobre o desenvolvimento rural;
- e) Criar e desenvolver infra-estruturas básicas e serviços de apoio às actividades económicas no domínio do desenvolvimento rural.

ARTIGO 12

Direcção Nacional de Terras

A Direcção Nacional de Terras tem como funções:

1. Elaborar normas relativas a:
 - a) Acesso à terra;
 - b) Processo de concessão do direito de uso e aproveitamento da terra;
 - c) Uso e aproveitamento da terra;
 - d) Aplicação de penalidades.
2. Organizar e manter actualizado o tombo nacional de terras.

3. Realizar o cadastro nacional de terras.

4. Fiscalizar o exercício de actividades de agrimensura e exercer as competências que nesta área lhe foram atribuídas por lei.

5. Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para a terra e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação.

ARTIGO 13

Direcção de Economia

A Direcção de Economia tem como funções:

1. Providenciar assessoria de gestão estratégica à direcção do MADER, nas seguintes áreas específicas:

- a) Coordenação da defesa dos interesses do sector agrícola;
- b) Desenvolvimento de metodologias para o processo de desenvolvimento de políticas, bem como para a avaliação dos impactos sociais, económicos e ambientais das políticas sobre o sistema produtivo agrícola;
- c) Planos directores e modelos de gestão estratégica;
- d) Agendas e planos estratégicos nacionais de desenvolvimento de longo prazo e interligação com instituições públicas e privadas.

2. Planificar, formular, monitorar e avaliar as directrizes, políticas, estratégias, programas e planos de acção governamental para a agricultura, pecuária, recursos naturais, desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

3. Identificar, formular, monitorar e avaliar programas e projectos estratégicos de interesse do MADER e emitir pareceres sobre a viabilidade técnica e económica;

4. Avaliar os efeitos da política macro-económica nacional e internacional sobre a produção agrícola e propor acções no âmbito do MADER.

5. Elaborar, actualizar e harmonizar o Plano Plurianual de Actividades para o MADER e instituições subordinadas e coordenar, monitorar e avaliar periodicamente a sua execução.

6. Colaborar na elaboração da programação orçamental e nos planos anuais de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Agrário.

7. Coordenar a captação de recursos financeiros internos e externos para implementação de projectos e programas do sector agrícola.

8. Colaborar com os órgãos governamentais na formulação de directrizes, políticas e estratégias de acção nas áreas de crédito rural, incentivos fiscais, fixação de preços mínimos e outros assuntos relacionados com as atribuições do MADER.

9. Participar em negociações sobre os temas de política comercial externa que envolvam produtos do sector agrícola e seus insumos.

10. Supervisar a aplicação dos mecanismos de intervenção governamental nas questões relativas à segurança alimentar e avaliar periodicamente o impacto e os efeitos sócio-económicos dos programas e intervenções sectoriais na segurança alimentar e na promoção social da população rural, formulando as propostas de revisão que se mostrem necessárias.

11. Produzir e divulgar estatísticas que permitam acompanhar, avaliar e monitorar o sistema produtivo agrícola e o desenvolvimento rural.

12. Elaborar e apresentar aos órgãos competentes os relatórios das actividades do sector.

ARTIGO 14

Direcção de Recursos Humanos

A Direcção de Recursos Humanos tem como funções:

- a) Planificar, coordenar, seleccionar, contratar e administrar os recursos humanos do MADER, em conformidade com a política governamental e com as directrizes do órgão director central do Sistema de Recursos Humanos do aparelho de Estado;
- b) Formular, coordenar e executar as normas, políticas e estratégias de formação e concessão de bolsas de estudo;
- c) Fazer cumprir, no âmbito do MADER, o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e demais legislação aplicável;
- d) Controlar e dar parecer sobre a contratação de trabalhadores estrangeiros;
- e) Elaborar e manter actualizado o quadro de pessoal;
- f) Elaborar e manter actualizados os ficheiros descentralizados contendo os elementos básicos, os registos e as informações exigidas pelo Subsistema de Informação de Pessoal e pelas normas de administração dos funcionários do Estado;
- g) Implantar e manter actualizado um sistema de acompanhamento e avaliação de desempenho dos funcionários do MADER;
- h) Assessorar, controlar e avaliar as actividades dos órgãos locais e das instituições subordinadas e tuteladas, nos assuntos relacionados com a administração dos funcionários, recrutamento, selecção, gestão e desenvolvimento dos recursos humanos;
- i) Estabelecer as normas de higiene e protecção do trabalho específico para os funcionários e trabalhadores do MADER e zelar pela sua aplicação.

ARTIGO 15

Direcção de Administração e Finanças

A Direcção de Administração e Finanças tem como funções:

- a) Realizar a administração geral do MADER, propondo procedimentos administrativos e executando as actividades necessárias ao seu correcto funcionamento;
- b) Controlar, manter, preservar e inventariar o património e os recursos materiais do Estado, afectos ao MADER;
- c) Coordenar a elaboração do orçamento anual do MADER;
- d) Coordenar o processo de execução e controlo das dotações do Orçamento do Estado atribuídas ao MADER;
- e) Executar e monitorar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais e garantir a informação regular e a prestação de contas sobre a utilização dos recursos alocados aos diferentes órgãos;
- f) Promover os processos de aquisição e alienação de bens e a contratação de serviços pelo MADER, em conformidade com a legislação vigente, e supervisionar essas actividades no âmbito das instituições subordinadas;
- g) Estabelecer, divulgar e velar pelo cumprimento de normas e procedimentos de gestão da frota de transportes;

- h) Elaborar e apresentar aos órgãos competentes os relatórios de implementação das actividades financeiras;
- i) Assegurar os serviços de informática e de comunicação electrónica.

ARTIGO 16

Centro de Documentação Agrária

1. O Centro de Documentação Agrária tem as seguintes funções:

- a) Supervisar e coordenar as acções e políticas estabelecidas para a documentação e informação públicas do sector e colaborar com a Direcção de Economia na sua formulação;
- b) Coordenar a cooperação no domínio da documentação e informação do sector agrário, a nível nacional;
- c) Dirigir normativa e metodologicamente os serviços de documentação e informação do sector agrário.

2. O Centro de Documentação Agrária é dirigido por um Director Nacional.

ARTIGO 17

Departamento de Cooperação Internacional

O Departamento de Cooperação Internacional tem como funções:

- a) Participar na definição da política de cooperação internacional do sector agrário;
- b) Coordenar e globalizar as informações relativas às acções de cooperação internacional envolvendo o sector agrário e acompanhar a execução dos programas e projectos de cooperação;
- c) Sistematizar e priorizar as necessidades de cooperação do sector;
- d) Estudar, explorar e divulgar no sector as possibilidades técnicas, materiais e financeiras de cooperação com as diferentes organizações internacionais, indicando as formas e mecanismos de acesso;
- e) Acompanhar e avaliar os resultados dos programas e projectos de cooperação internacional;
- f) Coordenar e preparar a participação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural em acções de cooperação internacional.

ARTIGO 18

Gabinete do Ministro

O gabinete do Ministro tem como funções:

- a) Administrar o funcionamento do gabinete do Ministro e do Vice-Ministro;
- b) Preparar e controlar o programa de actividades e as agendas diárias do Ministro e do Vice-Ministro;
- c) Preparar e secretariar as reuniões de trabalho dirigidas pelo Ministro ou pelo Vice-Ministro;
- d) Assistir o Ministro e o Vice-Ministro na sua representação política e social;
- e) Manter o sistema de controlo de movimentação e arquivo de documentos, correspondência, comunicados, processos, actas e decisões, bem como manter em arquivo independente e protegido os documentos relativos aos segredos de Estado;
- f) Exercer outras atribuições que forem definidas pelo Ministro e pelo Vice-Ministro.

ARTIGO 19

Gabinete de Assessoria

1. O Gabinete de Assessoria tem como funções prestar assistência técnica e assessoria ao Ministro e Vice-Ministro, nas seguintes áreas específicas:

- a) Desenvolvimento Institucional;
- b) Comunicação Social;
- c) Jurídica.

2. Compete nomeadamente ao Gabinete de Assessoria:

- a) Analisar o funcionamento do MADER e das instituições subordinadas e tuteladas, e propor as reformas que se mostrem necessárias;
- b) Coordenar os programas e projectos de desenvolvimento institucional no âmbito do MADER;
- c) Promover a desburocratização e simplificação de procedimentos para a melhoria da qualidade dos serviços e eficácia no cumprimento das atribuições do MADER;
- d) Realizar actividades de comunicação social e relações públicas do MADER;
- e) Promover campanhas publicitárias, anúncios e outros comunicados oficiais no âmbito do MADER;
- f) Preparar as entrevistas do Ministro, o contacto com outras entidades e a recepção de visitantes;
- g) Coordenar o relacionamento das autoridades do MADER com o público em geral e com as autoridades dos demais Ministérios e entidades públicas e privadas;
- h) Coordenar e supervisionar as actividades jurídicas das instituições subordinadas, assessorando os respectivos Directores nas questões de maior complexidade, ou que envolvam, simultaneamente, matérias de interesse de mais de uma instituição;
- i) Assistir os diferentes órgãos do MADER no controlo interno da legalidade dos actos a serem por eles praticados;
- j) Assegurar a uniformização na aplicação da legislação;
- k) Elaborar propostas de diplomas legais, regulamentos e outras normas de interesse do MADER;
- l) Emitir pareceres e informações sobre contratos, acordos, convénios e outros instrumentos jurídicos nos quais o MADER seja parte interessada.

3. O Gabinete de Assessoria é dirigido por um Director Nacional.

CAPÍTULO III

Colectivos

ARTIGO 20

Colectivos

No MADER funcionam os seguintes colectivos:

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselho Coordenador;
- c) Conselho Técnico;
- d) Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário.

ARTIGO 21

Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo é dirigido pelo Ministro e tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;

- c) Secretário Permanente;
- d) Inspector-Geral;
- e) Inspector-Geral Adjunto;
- f) Directores Nacionais;
- g) Directores Nacionais Adjuntos.

2. Podem ser convidados a participar nas reuniões do Conselho Consultivo os Directores das instituições subordinadas, em função da matéria.

3. O Conselho Consultivo do MADER tem como funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade do Ministério, designadamente:

- a) Estudar as decisões dos órgãos do Estado relacionadas com as actividades do MADER, tendo em vista a sua implementação;
- b) Analisar e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo do plano e orçamento do MADER;
- c) Apreciar as propostas de normas, regulamentos e outro tipo de documentos relevantes para o sector.

4. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Ministro o convoque.

ARTIGO 22

Conselho Coordenador

1. O Conselho Coordenador é dirigido pelo Ministro e tem a seguinte composição:

- a) Membros do Conselho Consultivo;
- b) Directores de instituições subordinadas e tuteladas;
- c) Directores dos órgãos provinciais responsáveis pela agricultura e desenvolvimento rural.

2. O Conselho Coordenador reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que as circunstâncias o exijam.

ARTIGO 23

Conselho Técnico

1. O Conselho Técnico é um colectivo que assiste o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural nas questões técnicas de especialidade do sector, tendo como função emitir pareceres sobre aspectos importantes de carácter técnico-científico relacionados com a actividade do Ministério.

2. Fazem parte do Conselho Técnico os especialistas e técnicos de reconhecida competência pertencentes ao quadro do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, designados por despacho do Ministro.

ARTIGO 24

Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário

1. O Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário é o colectivo de assistência e aconselhamento do Ministro na definição das políticas e directrizes básicas do MADER e nas questões ou problemas relacionados com o desenvolvimento agrário nacional que lhe sejam submetidos pelo Ministro.

2. Fazem parte do Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário:

- a) O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que preside;
- b) O Vice-Ministro;
- c) O Secretário Permanente;
- d) Um representante do Ministério do Plano e Finanças;
- e) Um representante do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

- f) Dois representantes de organizações de trabalhadores rurais;
- g) Dois representantes de associações agro-pecuárias;
- h) Dois representantes do sector privado;
- i) Três representantes de organizações não-governamentais ligadas à actividade agrária;
- j) Quatro representantes de organizações profissionais nas áreas de agronomia, florestas, medicina veterinária e economia;
- k) Três cidadãos nacionais de reconhecida experiência e reputação, comprometidos com o desenvolvimento económico e social do sector agrário nacional, indicados pelos componentes do Fórum referidos nas alíneas anteriores.

3. Os membros do Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário referidos nas alíneas d) a k) do nº 2 do presente artigo serão designados pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural para um mandato de três anos.

4. O Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do Ministro.

5. O Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário tem as seguintes funções:

- a) Apresentar sugestões relativas às políticas e directrizes do MADER para o sector agrário;
- b) Sugerir prioridades e formular propostas de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Agrário;
- c) Dar parecer sobre assuntos sectoriais de interesse nacional;
- d) Propor ao Ministro medidas de articulação entre os órgãos do sector agrário, com vista à melhor execução da política e directrizes governamentais para o sector;
- e) Elaborar propostas de política económica e de desenvolvimento rural.

6. O Gabinete de Assessoria assegura o Secretariado do Fórum Nacional de Desenvolvimento Agrário e presta o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 25

Regulamentos internos

Compete ao Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural aprovar, por Diploma Ministerial, os regulamentos internos das unidades orgânicas do MADER, no prazo de noventa dias, após a publicação do presente Diploma Ministerial.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho

Em zonas endémicas, a malária durante a gravidez é um problema importante de saúde. Nestas zonas a malária está associada a anemia na gravidez (2 a 15%), baixo peso a nascença (8 a 14%), partos pré-termo (8 a 36%) e aumento

da mortalidade infantil (3 a 8%), abortos e baixo crescimento das crianças. Estudos realizados indicam que a infecção por HIV vem agravar esta situação pois contribui para a diminuição da capacidade da grávida em controlar a infecção pelo *Plasmódium falciparum*.

Em Moçambique, a transmissão da malária é durante todo o ano, atingindo o seu pico no final da época chuvosa (Março a Abril). O *Plasmódium falciparum* é o parasita responsável por cerca de 90% de todas as infecções por malária. Estudos de monitorização da sensibilidade dos anti-maláricos ao *Plasmódium falciparum* efectuados em Moçambique durante os últimos anos mostram uma falência terapêutica da cloroquina no tratamento da malária em cerca de 60%. Por outro lado a eficácia da sulfadoxina-pirimetamina no tratamento da malária foi superior a 95%. Esta situação motivou o abandono da cloroquina como tratamento da primeira linha e a introdução do tratamento combinado para a malária, sendo a sulfadoxina-pirimetamina um dos medicamentos utilizados no tratamento de primeira linha.

O desenvolvimento de estratégias de controlo da malária na gravidez é uma prioridade na região africana. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a introdução nos programas da malária do tratamento intermitente da malária na grávida, particularmente na primeira gravidez. A OMS define o tratamento intermitente como a administração de uma dose curativa de um antimalárico durante as consultas, após o início dos movimentos fetais. Actualmente o medicamento mais eficaz e seguro é a sulfadoxina-pirimetamina, em que se administram 3 comprimidos em dose única.

Estudos realizados em alguns países africanos e em Moçambique, demonstraram que o tratamento intermitente com a sulfadoxina-pirimetamina tem um impacto benéfico na saúde materna e infantil. O tratamento intermitente quando administrado na consulta pré-natal reduziu significativamente a prevalência da anemia na gravidez, a parasitémia placentária e a incidência do baixo peso a nascença.

Com base nas recomendações da OMS e nas evidências encontradas em Moçambique o Ministério da Saúde adopta como abordagem da prevenção da malária na gravidez, o tratamento intermitente da malária na gravidez com a sulfadoxina-pirimetamina.

Tratamento Intermitente da Malária na Gravidez com sulfadoxina-pirimetamina:

- a) O tratamento intermitente estará disponível para todas as grávidas que recorram a consultas pré-natais do Serviço Nacional de Saúde;
- b) A administração do tratamento intermitente na grávida com sulfadoxina-pirimetamina será gratuito no Serviço Nacional de Saúde;
- c) A implementação do tratamento intermitente da malária na gravidez será baseado nas consultas pré-natais. A toma do medicamento será na presença do pessoal de saúde. As consultas pré-natais deverão ter as condições logísticas e medicamentos para garantir uma adequada implementação da administração do tratamento intermitente;
- d) As grávidas deverão receber pelo menos duas doses de sulfadoxina-pirimetamina. Não é recomendável que se ultrapassem as três doses;
- e) A primeira dose deverá ocorrer a partir do segundo trimestre, na consulta que a grávida tiver logo após o início dos movimentos fetais (os movimentos fetais iniciam entre a 16.^a e 20.^a semana da gravidez) as doses seguintes serão adminis-

tradas com intervalos de pelo menos 4 semanas. A administração da sulfadoxina-pirimetamina deverá obedecer ao calendário das consultas pré-natais (em geral mensais). Cada grávida tomará uma dose única de três comprimidos em cada uma das tomas;

- f) Para as grávidas que tenham quatro ou mais consultas pré-natais após o início dos movimentos fetais, não é recomendável que se ultrapassem as três doses;
- g) Para as grávidas que se apresentam a consulta pré-natal já no final da gravidez, deve administrar-se pelo menos uma dose de sulfadoxina-pirimetamina;
- h) As mulheres grávidas HIV positivas que não estiverem a tomar o cotrimoxazol, deverão também fazer o tratamento intermitente. Aconselha-se que este grupo de mulheres receba as três doses de sulfadoxina-pirimetamina (obedecendo os padrões acima indicados);
- i) Não deverão fazer o tratamento intermitente com sulfadoxina-pirimetamina, as mulheres HIV positivas que estejam a fazer profilaxia com o cotrimoxazol;
- j) Também não deverão fazer o tratamento intermitente com sulfadoxina-pirimetamina, as grávidas que tenham tido sinais ou sintomas de efeitos secundários a este medicamento, ao cotrimoxazol ou a outras sulfonamidas;

A Direcção Nacional de Saúde deverá elaborar o plano de acção para a implementação nacional desta medida, bem como os mecanismos de monitorização no prazo de três meses após a publicação deste Despacho.

Algumas acções adicionais ao tratamento intermitente

1. Manejo adequado de casos clínicos de malária e da anemia

O manejo adequado da malária na gravidez é uma componente essencial na prevenção e controlo da malária durante a gravidez. Mulheres grávidas estão em maior risco de contrair malária severa/grave:

- O quinino é o medicamento de eleição para o tratamento da malária na gravidez durante o primeiro trimestre da gravidez;
- O quinino é também o medicamento de eleição para o tratamento da malária severa/grave na gravidez;
- O quinino é o medicamento recomendado para o tratamento da malária nos casos onde apesar da grávida ter tomado regularmente o tratamento intermitente com sulfadoxina-pirimetamina ela tenha contraído malária;
- O quinino deverá ser também o medicamento de eleição para os casos das grávidas HIV positivas, que estejam a fazer profilaxia com cotrimoxazol, e que tenham contraído a malária;
- Nos casos onde outros anti-maláricos não sejam considerados apropriados, os derivados de artemisina poderão ser considerados uma alternativa para o tratamento da malária na gravidez não grave/severa no segundo e terceiro trimestre da gravidez. Nestes casos deverão ser seguidas as recomendações do guia terapêutico do tratamento da malária em vigor. Os derivados de artemisina não deverão ser administrados durante o primeiro trimestre da gravidez;

- As mulheres grávidas deverão ser observadas se têm anemia, e tratadas de acordo com as recomendações existentes sobre esta matéria. Deverá ser encorajada a profilaxia da anemia através da administração de sulfato ferroso + ácido fólico a todas as grávidas de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde;

As recomendações sobre o tratamento da malária na gravidez poderão ser consultadas no guia terapêutico do tratamento da malária produzido pelo Ministério da Saúde.

2. Promoção da utilização de redes mosquiteiras tratadas com insecticida

Com vista a reduzir a morbilidade e mortalidade por malária na mulher grávida para além do tratamento intermitente o Serviço Nacional de Saúde deverá privilegiar a promoção da utilização de redes mosquiteiras tratadas com insecticida a este grupo. Estudos realizados em várias regiões de África demonstraram que as grávidas que dormiram protegidas numa rede mosquiteira tratada com insecticida aproximadamente 25% tiveram menor risco de partos prematuros ou recém-nascidos com baixo peso a nascença quando comparadas com as grávidas que não tiveram rede mosquiteira.

O Serviço Nacional de Saúde deverá criar mecanismos para uma distribuição de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas nas consultas pré-natais, particularmente nos centros de saúde, devendo estar disponíveis logo a partir da

primeira consulta pré-natal da grávida. As mulheres deverão ser encorajadas a dormir numa rede mosquiteira tratada com insecticida logo no início da gravidez, e continuar até depois do parto. As crianças pequenas também deverão ser encorajadas a dormir numa rede mosquiteira tratada com insecticida.

As redes poderão ser distribuídas gratuitamente, ou vendidas a um preço subsidiado. O Ministério da Saúde deverá encorajar o sector privado lucrativo e não lucrativo a participar activamente na promoção, venda a preços acessíveis, bem como na distribuição gratuita das redes mosquiteiras a mulheres grávidas.

A distribuição das redes mosquiteiras tratadas com insecticida nas unidades sanitárias obedecerá as normas traçadas pelo Ministério da Saúde.

3. Envolvimento comunitário e outras oportunidades para a melhoria da consulta pré-natal

Deverão ser desenvolvidas actividades no seio da comunidade com vista a aumentar a cobertura das consultas pré-natal e a aderência ao tratamento intermitente.

A comunidade deverá ser participativa nas acções condictentes a aumentar a cobertura da utilização das redes mosquiteiras tratadas com insecticida.

Ministério da Saúde, em Maputo, 6 Dezembro de 2004.
— O Ministro da Saúde, *Francisco Ferreira Songane*.